

# Contra a Política de Globalização Neoliberal e a Hierarquia nas Relações de Gênero: a contribuição das concepções feministas para uma economia sustentável<sup>1</sup>

Daniela Gottschlich<sup>2</sup>

## Resumo

---

Primeiramente o artigo analisa as inter-relações entre a política de globalização neoliberal e as relações de gênero. Em seguida aborda como conceitos feministas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Abordagens feministas criticam a unidimensionalidade da concepção econômica dominante, a qual reduz a economia a processos de mercado e é definida de forma meramente monetária. Atividades não-remuneradas, assim como a ação da natureza, não são consideradas como parte da economia, sendo caracterizadas como sem valor e “reprodutivas”. Ao contrário, conceitos feministas, como a “economia da precaução”, afirmam a unidade entre produção e reprodução, expressa por meio da categoria da reprodutividade. Três princípios guiam a construção desse modo econômico sustentável: a precaução (o invés da reparação), a cooperação (ao invés da concorrência) e a orientação no necessário para uma boa qualidade de vida (ao invés da orientação em taxas de crescimento).

**Palavras-chave:** Política de Globalização Neoliberal. Relações de Gênero. Concepções Econômicas e Sustentáveis Feministas.

---

<sup>1</sup> Traduzido do alemão para o português por Andréa de Barros Seydewitz, doutoranda em Ciências Sociais na Universidade de Osnabrück, Alemanha.

<sup>2</sup> Cientista política: foi pesquisadora na área de Políticas Públicas Internacionais no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Osnabrück. Coordena a partir de agosto 2008, juntamente com Tanja Mölders, um grupo de pesquisadores em Pesquisa Social e Ecológica na Universidade Leuphana Lüneburg sobre a temática “Políticas de Elaboração da Natureza”. Participa, entre outras atividades, em Projetos de Mulheres da Agenda 21, em âmbitos local, nacional e internacional. gottschlich@uni.luphana.de

**AGAINST NEO-LIBERAL POLITICS OF GLOBALIZATION  
AND HIERARCHICAL GENDER RELATIONS:  
what feminist approaches have to offer to sustainable development**

**Abstract**

---

The article firstly analyses the interplay of neo-liberal politics of globalization and gender relations. Secondly it is shown, what feminist approaches have to offer to sustainable development. These approaches criticize the one-dimensionality of the dominant economic theory which reduces economy to market economy and defines it only monetarily. Unpaid care-work as well as the benefits of nature do not apply as economy, they are seen as “worthless”, as “reproductive”. However, feminist approaches like the concept of “Care-Economy” stress the unity of production and reproduction. The category “(re)productivity” was created to express this unity. The three guiding principles shaping a sustainable, caring economy are: precaution (instead of end-of-pipe policies), cooperation (instead of competition), and orientation towards all that is necessary for a “good life” (instead of orientation towards economic growth rate).

**Keywords:** Neo-liberal Politics of Globalization. Gender Relations. Feminist Economy and Sustainability Approaches.

Teoria e prática feministas podem fornecer importantes impulsos e concepções para a construção de caminhos para uma economia sustentável em todo o mundo. Categorias desde a perspectiva feminista são deduzidas de concepções alternativas “pensadas” e “vivas”. Este artigo inicia-se com uma análise das inter-relações da política de globalização neoliberal com as relações de gênero. Em seguida, serão apresentadas estratégias feministas contra a política da globalização neoliberal, as quais contêm importantes instrumentos transformadores para concepções sustentáveis, e que, ao mesmo tempo, pela resistência, criam um espaço para a construção de um contrapoder.

No centro das concepções econômicas e sustentáveis feministas encontram-se tanto a crítica ao entendimento econômico (neoliberal) do *Mainstream*,<sup>3</sup> cujos conceitos devem ser, do ponto de vista feminista, desconstruídos e deslegitimados, como também a reivindicação de se reconhecer a economia como um todo e de formulá-la de tal modo que tanto a capacidade própria, humana e social quanto a ecológica mantenham-se conservadas para a própria (re)produção. Para isso, entre outros, é necessário um novo conceito de racionalidade e de política.

Concepções feministas emanam diversificada e diretamente da micro-esfera, do mundo da vida, das atividades informais e orientadas para a subsistência, do mundo “privado”. Sua motivação consiste em tornar visíveis esferas invisíveis, questionar naturalidades evitáveis e “relatar e esclarecer realidades de uma outra forma” (Schäfer, 2006, p. 65). Essa mudança de perspectiva é repleta de conseqüências. Ela evidencia, por um lado, a unidimensionalidade do entendimento econômico dominante, o qual limita as atividades econômicas à macroeconomia, à produção de mercadorias e às atividades formais. Por outro lado, tornam-se visíveis princípios de ação provenientes da área econômica relacionada ao cuidado e à reprodução, com a ajuda dos quais os princípios macroeconômicos dominantes podem ser transformados.

---

<sup>3</sup> NT: a palavra inglesa *Mainstream* significa corrente dominante ou principal. Emprega-se este termo para acentuar que uma idéia, teoria ou conduta social é hegemônica.

## Para a análise e avaliação das interrelações da política de globalização neoliberal com as relações de gênero

As políticas de globalização neoliberal carecem e se utilizam de desigualdades, acentuam desigualdades e produzem novas desigualdades. A macroeconomia feminista mostrou, nos últimos anos, que os processos de globalização não transcorrem de forma sexualmente neutra. Em relação a isso, destaca-se três teses com alguns aspectos centrais:

### ***Tese 1: As políticas de globalização neoliberais utilizam as relações de gênero hierárquicas, especialmente a específica divisão sexual do trabalho, para a implementação de seus próprios objetivos***

A resposta à pergunta “quem trabalha onde, como e com qual remuneração?” expressa muito bem as desigualdades específicas de gênero, “éticas” e regionais praticadas pela política de globalização neoliberal. A apropriação do resultado do trabalho gratuito e (re)produtivo, além da exploração de trabalhos sub-remunerados trazem à economia orientada à exportação um efeito de crescimento a curto e médio prazos e uma maximização de ganhos para as corporações transnacionais. Via de regra, são (ainda) mulheres que, predominantemente, realizam o trabalho não e/ou mal-remunerado – “elas são baratas, flexíveis, móveis e providas de pouco poder de negociação”, como Wichterich (1999, p. 5) e Wichterich (2003a) acertadamente formulou.

Isso também sempre é constatado nas discussões críticas à globalização. Por outro lado, quase não é refletida a questão de como o dualismo sexual hierárquico pode ser superado – aquelas construções sociais constituintes da sociedade, na qual as relações de poder simétricas de gênero são registradas e que as reproduzem. Elas se encontram, antes de tudo, na *separação* (a) da esfera pública e privada; (b) das áreas formais e informais; (c) da produção e reprodução, como também (d) da produção de mercadorias e produção para a subsistência.

Esta separação é acompanhada por processos de supressão, apropriação e desvalorização do resultado de trabalhos (re)produtivos, os quais são de significado central e sistemático. O trabalho de sobrevivência e do cuidado,<sup>4</sup> contudo, realizado mundialmente em grande parte por mulheres, representa a base dos serviços públicos essenciais da sociedade: juntamente com a produção da natureza ecológica elas fundamentam todas as transações econômicas. Na teoria econômica dominante, os resultados de trabalhos não remunerados monetariamente mantêm-se, todavia, invisíveis. Normalmente as formas diferenciadas de trabalho não aparecem nas estatísticas econômicas. Como outrora, elas são consideradas como não produtivas e não geradoras de valor (cfe. Biesecker et al, 2000; Bennholdt-Thomsen; Mies; Werlhof, 1992; Madörin, 2001). A hierarquia desta avaliação é construída e utilizada no âmbito do mercado de trabalho produtivo – em forma de segregação sexual específica e baixa remuneração. Em outras palavras: também limpeza, cuidado e educação mal-remunerados estão assegurados nas mãos de mulheres, supostamente destinadas a isso. Um olhar preciso sobre a prestação destes serviços mostra que não se tem somente a ver com a segregação específica dos sexos, mas também com uma segregação que transcorre com relação ao pertencimento étnico e à classe socioeconômica e, com isso torna-se clara a diferença hierárquica entre mulheres, como quando mulheres economicamente ativas e bem remuneradas (como homens), se libertam dos trabalhos domésticos e de cuidado por meio de faxineiras, babás e serviços imigrantes (cfe. Sassen, 1998; Enquete-Kommission, 2002).

## ***Tese 2: Com o decorrer da política de globalização neoliberal as relações de gênero desiguais são acentuadas***

Embora seja certo salientar que não somente mulheres são “vítimas” da “estrutura econômica de mercado usurpadora e do desmonte político-social” (Appelt; Sauer, 2001, p. 127) e que para algumas mulheres – em geral, aquelas altamente qualificadas e brancas – são oferecidas melhores oportunidades no mercado de trabalho produtivo, mulheres pertencem mundialmente, contudo,

---

<sup>4</sup> *Care Economy*: atividades econômicas informais relacionadas ao trabalho para a subsistência.

aos(às) perdedores(as) da globalização, os quais contêm, em geral, mais forças desintegradoras que integradoras. Mulheres, no entanto, são crescentemente integradas no mercado de trabalho produtivo, porém em condições deturpadas. Em países da União Européia, por exemplo, cresce, em geral, o número de ocupados sob regime de jornada parcial de trabalho em atividades de tele-marketing, em trabalhos realizados nos domicílios, de substituição ou com contrato temporário, especialmente, porém, entre as mulheres. Cerca de 40% de todas as mulheres economicamente ativas trabalham sob estas relações de trabalho atípicas (Buchholz-Will; Schratzenstaller, 2002). Em outras palavras: mulheres são “pioneiras” nas formas de emprego atípico e precário e abarcam antecipadamente o que tendencialmente também está reservado aos homens (Wichterich, 1999), sendo que sexo, classe e “etnia” fazem parte das transformações mencionadas anteriormente.

Com relação à categoria sexo, os processos desintegradores são descritos com jargões como “feminização da pobreza”, “feminização da migração” e “feminização da responsabilidade social e ecológica”. Em tempos de crise econômica, principalmente as mulheres sustentam o ônus da seguridade da sobrevivência: na Ásia e também em outras partes do mundo, que foram atingidas pelas crises financeiras das décadas passadas, se constata a “feminização da segurança humana” (Young, 2002).

Este fenômeno relaciona-se diretamente com a “dupla privatização” (cfe. von Braunmühl; von Winterfeld, 2003) da política de globalização neoliberal e com a retração do limite entre esfera pública e privada por ela almejada. Como conseqüência da privatização dos serviços públicos essenciais, os, até então, deveres estatais, como assistência à infância, aos idosos e doentes são (re)transferidos, crescentemente, para a iniciativa privada e/ou para o “voluntariado”, por exemplo. Assim, mediante processos da *dupla privatização* são instaurados movimentos de declínio social e de empobrecimento e a desigualdade nas relações de gênero é continuamente intensificada. Mulheres “terão tanto no âmbito do trabalho assalariado quanto no doméstico muito mais trabalho, assim como serão mais dependentes financeiramente [se os acessíveis serviços públicos para a existência forem reduzidos e, com isso, inevitavelmente, forem transformados em um sistema de segunda classe, observação D. G.], pois

atualmente já não recebem mais. O trabalho doméstico gratuito será ampliado, assim como o trabalho fora de casa pouco remunerado e a dependência deste. Com isso, avança ainda mais a “dona de casa-lização”<sup>5</sup> do trabalho feminino (Werlhof, 2003).

### ***Tese 3: A política de globalização neoliberal contribui, em última instância, para uma nova configuração das relações de gênero***

Assim como a globalização cria novos contextos políticos, a estrutura de gênero também se modifica. No discurso feminista sobre a globalização na Europa vem sendo debatido, entre outros aspectos, se a tendência de desconstituição da divisão social do trabalho de seu caráter hierárquico e desigual entre homens e mulheres<sup>6</sup> está associada à globalização e até que ponto se oferecem oportunidades de desconstruir ou, no mínimo, desprivilegiar “modelos masculinos típicos das sociedades industriais ocidentais” (Appelt; Sauer, 2001, p. 127). Partindo-se da “crise do trabalho produtivo” publicamente discutida e do notável fim do modelo masculino fordista de sustento familiar (Young, 1998) são observados pontos de partida (a) para se considerar, finalmente, *o todo do trabalho*, (b) para se chegar a uma nova avaliação e redistribuição de todo o trabalho da sociedade transcendente com relação às atribuições sociais dos sexos.

Certamente a política de globalização neoliberal agrava para as mulheres (mas também para os homens) o acesso à saúde, renda e educação. Essa política vai de encontro aos processos de outorga de responsabilidades<sup>7</sup> iniciados mundialmente.

Em países do *Sul global* (cfe. Braunmühl; Winterfeld, 2003), especialmente na África, agravou-se e agrava-se o acesso das mulheres aos meios de produção. Mulheres são cada vez mais excluídas das áreas econômicas, que antes eram “domínios femininos”, por exemplo. Atualmente homens jovens plantam

<sup>5</sup> NT: no texto original “*Hausfrauisierung*”.

<sup>6</sup> NT: conceito alemão *Ent-Genderung*.

<sup>7</sup> NT: no texto original *Empowerment*.

legumes, e em cooperativas, com associados basicamente do sexo masculino, encarregam-se do comércio de cereais depois da dissolução do sistema público de comercialização. A maioria dos programas como fundos de geração de renda são concebidos para homens jovens “dinâmicos”, porque é temido seu potencial de protesto. Mulheres, porém, não preenchem, na maioria dos casos, os requisitos formais correspondentes ao capital inicial ou ao nível de qualificação, que prevalecem para o ingresso nos projetos de incentivo às empresas privadas (cfe. Lachenmann, 1998). Essa destruição da “área auto-reguladora e auto-responsável” gera em si “uma modificação nas relações sociais entre os sexos” (Idem.). A substituição do trabalho feminino não acontece somente por homens, mas também entre as mulheres: mulheres jovens ocupam o lugar de mulheres mais velhas, trabalhadoras em postos de trabalho seguros e regulares são substituídas por trabalhadoras em empregos precários (cfe. Young, 2002).

No âmbito do movimento mundial dos direitos humanos das mulheres foi apontada a relação, intensificada nos últimos anos, entre crise financeira internacional e crescimento da migração causada pela pobreza, tráfico de seres humanos e prostituição obrigatória. Se mulheres e crianças se tornam mercadorias, cuja exportação, “incentivada pelos Estados, é propagada como estratégia de desenvolvimento” (Enquete-Kommission, 2002), e que também, na indústria global do sexo representam uma “parcela no cálculo de gastos correntes [dos governos] em estratégias de crescimento” (Wichterich, 2003b), estamos muito longe da autodeterminação e igualdade social entre os sexos. No contexto da nova configuração das relações de gênero se deveria pesquisar mais precisamente como se relacionam o averiguável crescimento global da violência doméstica e não-doméstica, principalmente da violência sexualizada, com a distribuição de reservas financeiras entre homens e mulheres e a reestruturação neoliberal de toda a economia.

## **Estratégias feministas contra a política de globalização neoliberal**

Estratégias feministas contra a política de globalização neoliberal e contra a hegemonia de modelos de pensar e agir a ela relacionados, privilegiando modelos masculinos, desenvolvem-se em diferentes esferas políticas.



Elas são diversificadas, permeáveis e não uniformes, no entanto entrelaçam-se multiplamente umas às outras. Abrangem tanto formas de protesto quanto de participação institucional (tipos estratégicos I e II), a fim de manter um campo de ação para uma procura comum de alternativas e de conquista de um contrapoder (tipo estratégico III).

### ***Resistência (tipo estratégico I)***

O tipo estratégico I situa-se na microesfera. No centro encontra-se a luta visível e pública contra as tendências de redução de salários reais e de direitos democráticos. Trata-se de evitar a supressão de padrões sociais e ecológicos e de edificar uma ampla rede de fóruns de resistência contra a política de globalização neoliberal (Wichterich, 1999). O debate desde a perspectiva feminista sobre as medidas decididas na Rodada do Uruguai para a liberalização do comércio – como AGCS,<sup>8</sup> ADPIC<sup>9</sup> e outras –, encontra-se, na Alemanha, ainda relativamente incipiente. A conferência “Mulheres paralisam o AGCS!”, da rede de mulheres da Attac,<sup>10</sup> em maio de 2002, em Colônia/Alemanha, marcou, claramente, o significado da aliança e da troca de experiências para as organizações de mulheres do Norte e do Sul. Pode-se aprender a partir das lutas de resistência contra a política neoliberal no Sul, a qual foi implementada por meio de medidas de ajuste estrutural e cujos efeitos negativos têm sido analisados e discutidos desde os anos 80. Assim, na chamada Conferência de Maite Llanos (2003), relatou-se, de forma impressionante, como os(as) argentinos(as) se defenderam da política neoliberal das instituições financeiras internacionais e de seu próprio governo: mulheres, por exemplo, tomaram uma fábrica de tecidos e deram continuidade à produção para o *seu próprio mercado*. Depois que a polícia as despejou, levaram consigo as máquinas de costura e continuaram a costurar na rua. Nos últimos anos multiplicam-se (não somente) nos países da

---

<sup>8</sup> AGCS – Acordos Gerais sobre o Comércio de Serviços (GATS-General Agreement on Trade in Services).

<sup>9</sup> ADPIC – Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights).

<sup>10</sup> Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (Attac – Association pour la taxation des transactions pour l’aide aux citoyens).

América Latina os exemplos de resistências vivenciadas, para a construção de “um outro mundo a partir da emergência” (Habermann, 2004; ver também Geiger, 2006; Embshoff; Giegold, 2008).

### ***A transformação por meio da participação (tipo estratégico II)***

O tipo estratégico II parte da mesoesfera e visa ao controle e à formulação da globalização neoliberal, pela re-regulação dos mercados por exemplo, com critérios sociais, ecológicos e de justiça de gênero ou mediante a democratização das instituições internacionais financeiras e de comércio. No centro desta estratégia orientada na participação e conquista de influência está a idéia de hegemonização da questão de gênero,<sup>11</sup> com a qual o privilégio dos homens e dos valores masculinos na macroeconomia deve ser retrabalhada e eliminada (Wichterich, 1999).

Concepções e instrumentos de afirmação da questão de gênero, são porém, controversamente discutidos nas pesquisas feministas e no movimento internacional de mulheres. Orçamentos e avaliações específicas de impacto com enfoque de gênero,<sup>12</sup> são, por um lado, importantes instrumentos de análise e prevenção com vistas à transição para um desenvolvimento mais sustentável e justo nas relações de gênero. Por outro lado, eles estão expostos ao risco de monopolização. As conseqüências desta monopolização estendem-se desde a ineficácia até a estabilização da política neoliberal. Em primeiro lugar, as análises de gênero são necessárias, porém a longo prazo nenhum requisito suficiente para uma mudança política. Se as deficiências reveladas são eliminadas, trata-se de uma questão de vontade política e de pressão, que deve ser exercida de fora sobre os responsáveis. Aqui tornam-se visíveis os limites dos instrumentos cooperativos, que objetivam uma transformação das existentes relações de dominação por meio da participação (Gottschlich, 2003).

<sup>11</sup> NT: no texto original *Gender Mainstreaming*. Sobre *Mainstream* ver nota de rodapé n.º 3.

<sup>12</sup> Estudos que avaliam as conseqüências para homens e mulheres advindas de decisões dos governos e de determinadas políticas públicas.

Em segundo lugar, a concepção do orçamento analisado com enfoque no gênero pode integrar-se, seguramente, à linha da ideologia dominante<sup>13</sup> neoliberal, pois a abordagem primordial baseada na distribuição justa é atualmente introduzida no discurso de desenvolvimento econômico como “instrumento de limitações de danos” (Caglar, 2002) para a configuração de uma política econômica justa para as relações de gênero. A “política econômica [neoliberal] em si e o jargão do combate à inflação” não são (sempre) questionados no âmbito do orçamento analisado com enfoque no gênero (Idem).

Em terceiro lugar, há um problema de conteúdo, nas estratégias de afirmação da questão de gênero, juntamente com a exigência de participação reportam-se à lógica neoliberal orientada ao custo e ao uso, que pode ser diretamente responsável por condições não-sustentáveis, seja nas iniciativas do orçamento analisado com enfoque no gênero ou na implementação de análises específicas de gênero.

ONGs de mulheres destacam constantemente as vantagens que estes instrumentos oferecem aos destinatários e destinatárias políticos que os reivindicam. Argumenta-se com base na eficiência econômica e na efetividade política. A longo prazo pode-se economizar, pois a desigualdade entre os sexos geraria, primeiramente, custos sociais desnecessários. Em seguida (segundo a argumentação), como última consequência em relação a isso, as mulheres estariam em menores condições de contribuir para o desenvolvimento geral da sociedade (Ruppert, 2002). A exigida internalização dos custos sociais, até então externalizados, ajuda a economizar recursos a longo prazo e que conserva a base econômica é, sem dúvida, correto. Ela, todavia, se relaciona a um outro conceito e não ao de eficiência e racionalidade neoliberal dominantes, significando um posicionamento inequívoco contra a maximização de lucros a curto prazo e aos interesses de lobistas.

Naturalmente, ignorar e, até mesmo, destruir o conhecimento, a força e a competência de mulheres para um desenvolvimento sustentável é em grande medida ineficiente. Esses aspectos teoricamente diferenciados de “eficiência,” no entanto, devem ser separados uns dos outros. Considera-se um engodo, tanto teórico quanto político, uma feminização estratégica e fundamentada do conceito neoliberal de eficiência. Saúde, educação, participação em processos políticos

<sup>13</sup> NT: no texto original: *Mainstream*. Ver nota de rodapé n.º 3.

(financeiros) são direitos humanos e devem ser fundamentados como tais. Neste aspecto se encontra uma análise de gênero consistente, que deve ser utilizada: com sua ajuda pode-se mostrar, que e como mulheres (mas também “pessoas de cor”)<sup>14</sup> hodiernamente são mundialmente submetidas à lógica da acumulação capitalista e, que, tanto no setor remunerado quanto no não remunerado, elas são “responsáveis, principalmente, pelo bem-estar social” (Madörin, 2001) e, que subsidiam o setor privado mediante seu trabalho (Gottschlich, 2003).

## Estratégias feministas contra a política de globalização neoliberal<sup>15</sup>

<p><i>Resistência (I)</i>  <i>Globalização de protestos visíveis de baixo</i>  <i>“Saia para as ruas!”</i>            Utilizar o poder dos(as) consumidores(ras)            – Pressão sobre as <i>corporações</i>, inibição do padrão mínimo social e ecológico</p> <p>Protestos contra a corrosão de direitos democráticos e o desmonte social dos <i>Estados Nacionais</i>            – Conservação e ampliação dos serviços públicos essenciais</p> <p>– Iniciação, conservação e ampliação de projetos para mulheres e moças</p> <p>Ocupação de <i>empreendimentos</i></p> <p>Resistência contra a OMC<sup>16</sup> (entre outras, AGCS, ADPIC)            – Pressão sobre as <i>instituições supranacionais</i> e negociações</p>	<p><i>Transformação por meios de participação (II)</i>  <i>Controle e elaboração de sistemas</i></p> <p>Avaliação específica de gênero, social e ecológica dos efeitos de acordos políticos (p. ex. SAP,<sup>17</sup> AGCS)            Orçamento de gênero, <i>En-Gendering</i><sup>18</sup> da macroeconomia</p> <p>Visualização e inclusão da economia de manutenção da vida, reavaliação e redistribuição de todo o trabalho existente</p> <p>Uniformização de leis para a economia privada</p> <p>Democratização de instituições internacionais financeiras e de comércio; transparência            Re-regulação dos mercados</p>
--	---

<sup>14</sup> NT: no texto original “*People of Colour*”.

<sup>15</sup> Este resumo, modificado e ampliado por mim, baseia-se em um estudo de Christa Wichterich (1999, p. 17).

<sup>16</sup> OMC – Organização Mundial do Comércio.

<sup>17</sup> SAP – Programas de ajuste estrutural (*Strukturanpassungsprogramme*).

<sup>18</sup> NT: conceito relativo à eliminação da hierarquia entre os sexos na divisão social do trabalho e a construção de formas igualitárias de divisão trabalho entre homens e mulheres.

<p>Trabalho de publicidade e esclarecimento, ligas, redes e trocas, campanhas, boicote de mercadorias, greves, fóruns de resistência, “zonas livres de AGCS”</p>	<p>Afirmação da questão de gênero em âmbito institucional; trabalho de <i>lobby</i>; monitoramento por intermédio de rede internacional de mulheres (ex. IGNT; Wicej; Wide)<sup>19</sup></p>
<p><i>Contrapoder (III)</i>  <i>Elaboração de alternativas intrínsecas e transcendentas à macroeconomia</i></p> <p>Modelos alternativos para contratos de trabalho, de gênero e empresariais p. ex.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orçamento preventivo (Rede: Busch-Lüty, Biesecker, Hofmeister, Knobloch, Jochimsen,...)</li> <li>• Economia de subsistência (cfe. Mies/Werlhof/ Bennhold-Thomsen)</li> <li>• Economia de mulheres (Lachenmann)</li> <li>• Concepção das Capacidades /<i>Capabilities Approach</i><sup>20</sup> (Nussbaum)</li> <li>• Inclusão da <i>economia do cuidado</i><sup>21</sup> (Madörin; Elson)</li> <li>• Economia solidária</li> </ul> <p>Experiências cotidianas, teoria e prática, círculo de trocas, cooperativas de produtores(as) e consumidores(as), <i>clean clothes campaign</i>,<sup>22</sup>...</p>	

Categorias:

- (Re)produção
- Produtividade natural
- Prevenção + cooperação + orientação ao necessário para uma “boa vida”
- Participação
- Justiça como resultado
- Solidariedade
- Provisão própria
- Regionalização, valorização do local
- Descentralização

- ⇒ Desconstrução e deslegitimação de conceitos
- ⇒ Novos conceitos de política e racionalidade

<sup>19</sup> IGNT – Rede Internacional sobre Gênero e Comércio em Rede (International Gender and Trade Network);

Wicej – Plenária Internacional de Mulheres para a Justiça Econômica (Women’s International Caucus on Economic Justice); Wide – Mulheres no Desenvolvimento da Europa (Women in Development Europe).

<sup>20</sup> NT: *Capabilities Approach* é um conceito elaborado por Amartya Sen e Martha Nussbaum para a avaliação social do Estado tendo como base o bem-estar humano.

<sup>21</sup> NT: no texto original *Care Economy*.

<sup>22</sup> NT: a *clean clothes campaign* (campanha para vestuário limpo) foi iniciada na Suíça por diferentes organizações e por consumidores (as), se estendendo por toda a Europa, para pressionar grandes confecções e distribuidores para que estes adotem um *Código de Conduta* perante os (as) trabalhadores (as) de indústrias têxteis nos países em desenvolvimento. Dentre os pontos

## ***O contrapoder: a elaboração de alternativas (tipo estratégico III)***

Estratégias de contrapoder, nas quais algo novo é contraposto à política de globalização neoliberal, são apenas pensáveis e vivenciáveis na base da resistência, conquistando espaços para a ação. Elas são sustentadas por *lobbyng* feminista em âmbito institucional. Estratégias de contrapoder constituem-se, então, a partir da ampla variedade de resistências e transformações decorrentes da participação, muito embora, contraditoriamente, nem toda a forma de resistência e participação vise a elaboração de alternativas.

No centro deste terceiro tipo estratégico encontra-se a desconstrução e deslegitimação de conceitos: o que significa, por exemplo, que algo é *produtivo, eficiente e racional*? Até que ponto o Produto Interno Bruto declara algo sobre a qualidade de vida de uma nação, sobre a distribuição de renda e bens? A economia feminista constata a inadequação das concepções da economia tradicional mediante outros critérios de mensuração, conceitos e princípios de ação. As reivindicações de novos conceitos de racionalidade e de política resultam de uma mudança de perspectiva, principalmente de experiências cotidianas<sup>23</sup> na esfera da economia do cuidado. O contrapoder encontra forças em exemplos encorajadores, ele encara seriamente o saber cotidiano para a formação de uma estratégia e uma teoria de globalização de baixo para cima. Não se trata de uma romantização do local nem de um discurso sobre uma economia da pobreza. O núcleo desta estratégia é a politização de práticas cotidianas diversificadas, nas quais performances alternativas se tornam, em parte, visíveis, e aquelas que ajudam assim a destruir o mito da imutabilidade.

---

elencados neste código estão a garantia de condições de trabalho humanizado, a ausência de trabalho infantil, a liberdade de associação em sindicatos e o pagamento de salários suficientes para garantir a existência humana.

<sup>23</sup> Em sua crítica à inadequada concepção da valorização da qualidade de vida e em sua defesa ao conceito de capacidades Martha Nussbaum (2003, p. 8) salienta que *a vida* das mulheres deveria voltar ao centro – um ponto de vista, que se afasta dos indicadores de renda per capita chegando à questão da distribuição em diversos campos políticos (educação/formação, mobilidade, saúde e seguridade existencial, etc.).

Neste ponto a concepção feminista vai ao encontro da economia solidária (cfe. Singer, 2001, 2008; Altvater; Sekler, 2006; Giegold; Embshoff, 2008). As categorias e reivindicações que representam uma função nas concepções feministas são precisamente definidas em seguida.

## **Para uma construção sustentável da unidade entre reprodução e produção**

### ***A integração do “(re)produtivo” no pensamento macroeconômico***

Novas ordens econômicas sustentáveis mundiais requerem um outro entendimento de economia. Enquanto a economia excluir o social e o ecológico de sua esfera objetiva, ela será não somente insustentável como contribuirá para a contínua intensificação de crises – é esta a crítica unânime das diferentes concepções feministas.

Está disponível, portanto, um entendimento econômico e global:

- a) que compreende a economia como um sistema autônomo;
- b) que relaciona a economia, em primeira linha, à economia de circulação de mercadorias e dinheiro em mercados eficientes e,
- c) que amplia, tanto o mundo da vida social, ou seja, a economia do cuidado do orçamento doméstico e da vida comunitária, assim como a natureza ecológica, como um requisito inquestionável da esfera econômica.

O objetivo da economia feminista é considerar esse déficit fundamental da economia dominante e tornando visível o resultado do trabalho (re)produtivo e integrá-lo ao pensamento macroeconômico. A partir disso, a economia feminista reivindica uma *nova definição do econômico*, levando em consideração a relação total dos resultados do trabalho (re)produtivo (Biesecker; Hofmeister, 2003; Enquete-Kommission, 2002; Lachenmann, 2001).

## ***A descoberta da relação total dos processos (re)produtivos***

- a) em conformidade com os trabalhos da economista Diane Elson (2002, p. 310), a Comissão de Pesquisas Estatísticas do Parlamento Alemão exige, no capítulo “Economia Feminista”, uma análise das circulações da produção nacional, pois essas representam uma contribuição à economia nacional: 1) a economia mercantil do setor privado; 2) a economia de prestação de serviços públicos; 3) a *care economy* não-remunerada, que produz bens orientados à família e ao comunitário; 4) o setor das (remuneradas e não-remuneradas) atividades de engajamento social (por exemplo, o trabalho em ONGs). O produtivo destas atividades supostamente “reprodutivas” é enfatizado com a inclusão da economia de cuidado não-remunerada e da esfera não-rentável e do significado de sua contribuição para “a riqueza total de uma sociedade” (Idem p. 311).<sup>24</sup>
- b) o conceito de economia do cuidado também argumenta a favor de um entendimento de uma economia contextualizada, situada no mundo da vida social, mas também considerando o meio ambiente como parceiro natural. Isto deve ser entendido como “unificação da economia do cuidado com a macroeconomia” (Biesecker, 2003, p. 2). Nesse entendimento, a economia não tem somente uma dimensão monetária/comercial, mas também, primeiramente, física e social (Biesecker et al, 2000).
- c) para a análise do entrelaçamento das diferentes formas de produção está incluída também a concepção da “economia de mulheres”,<sup>25</sup> a reflexão das interações e relações de poder ligadas a ela. Representantes desta concepção reivindicam um novo olhar às “mulheres dos países em desenvolvimento”,

<sup>24</sup> Infelizmente, porém, não é explicado como deve ser construída a inter-relação dos diferentes setores e dos trabalhos realizados nestes, como também com o meio ambiente como um parceiro natural [NT: em alemão *Mitwelt*].

<sup>25</sup> Esta concepção foi desenvolvida por Gudrun Lachenmann (1998, p. 2.001) com base nos debates da Sociologia do Desenvolvimento e da pesquisa empírica, sobretudo na África.



pois a etiquetagem de mulheres como “grupo vulnerável” de “estudos de impacto” faz delas “grupo-objeto” das mais diferentes e bem-intencionadas medidas de luta contra a pobreza e ajuda social, quando, no entanto, elas são aquelas que, em grande parte, “asseguram a sobrevivência” (Lachenmann, 1998, p. 300). Ao invés disso, seria necessário uma condução conjunta do setor formal e informal, assim como um investimento no reprodutivo, a fim de se evitar que a tendência liberal e a privatização continuem a destruir as economias domésticas ou “economia das mulheres”.

### ***A reconstrução da economia total de acordo com os princípios da economia de cuidado***

A crítica à ignorância do pensamento macroeconômico com relação a questões de gênero e da natureza e a necessária percepção dos diversos setores econômicos relacionados entre si, conduzem à reivindicação de elaborar essas esferas econômicas (inclusive suas inter-relações) de tal modo que tanto a capacidade própria, humana, social quanto a ecológica<sup>26</sup> se mantenham conservadas para a própria (re)produção. Com esta reivindicação, estão à disposição da rede de atividades econômicas preventivas os princípios predominantes no mercado: “reparação”, “concorrência” e “orientação à maximização a curto prazo do uso da propriedade”, assim como “crescimento como objetivo da economia” (Biesecker, 2000).

Três princípios orientam a formulação e elaboração prática de uma forma econômica preventiva e sustentável:

<sup>26</sup> Central para o conceito da economia preventiva é o desenvolvimento contínuo das categorias da Economia Ecológica: no lugar da categoria “capital natural” é utilizada a categoria “produtividade natural”, que abre espaço para estratégias econômicas de *consistência*: “produtividade natural é caracterizada, quando a natureza ‘produz’ e, concomitantemente, reorganiza o seu ambiente – o restaura. É um processo inter-relacionado de ‘produção’ (fabricar) e ‘reprodução’ (restauração e renovação no tempo), que é característico a processos ecológicos. Um não se deixa separar do outro ou mesmo desacoplar” (Biesecker; Hofmeister, 2003, p. 45).

*Prevenção ao invés de reparação:*

Do princípio da prevenção podem ser deduzidos critérios para um desenvolvimento econômico sustentável, que antecipe conseqüências e conecte ações atuais ao futuro, pois justamente na procura por outros princípios econômicos, que devam ser contrapostos ao princípio da concorrência e maximização da economia capitalista de mercado, deve-se providenciar que também sejam assistidos aqueles “que nada têm a oferecer ou que não possam articular seus interesses (aos últimos pertencem também as futuras gerações)” (Biesecker, 1994, p. 28). No centro do princípio de ação encontram-se, assim:

- atenção (no sentido de tolerância ao erro, recuperabilidade, retroatividade, descanso, vagarosidade);
- precaução (em relação a conseqüências de ações a longo prazo);
- prudência (em relação aos efeitos correlatos e reações);
- visão geral (como compreensão em relação ao tempo e espaço);
- consideração (que se manifesta no limite de reivindicações próprias; consciência de acontecimentos/crescimentos).

Prevenção significa para o ser humano um consciente *se-colocar-em-relacionamento* com os humanos como seus parceiros (inclusive às futuras gerações), com o meio ambiente como seu parceiro natural, e consigo mesmo (cfe. Jochimsen; Knobloch; Seidl, 1994; Biesecker et al, 2000). Isso significa, ao mesmo tempo, que a prevenção está diretamente ligada à contextualização. Contextualização, como categoria central para o conceito “economia de mulheres”, consiste em não partir de construções homogêneas dos sexos e cultura, mas considerar pressupostos sociais, culturais, políticos e econômicos diversificados e diferenciados e interesses de mulheres.

*Cooperação ao invés de concorrência*

As experiências que se tem realizado na economia de prevenção – assim como na economia solidária –, mostram que seres humanos cooperam entre si e com a natureza ecológica com a finalidade de elaborar sua vida de acordo com

suas concepções. Eles cooperam entre si tão logo tenham as competências e os meios para tal. Essa cooperação é orientada a um processo (não orientada em primeira linha a um objetivo) e desenvolve-se mediante entendimento mútuo (cfe. Biesecker; Gottschlich, 2007). Pressupostos básicos para uma sociedade cooperante são a solidariedade vivenciada, assim como o entendimento sobre regras comuns e a construção do consenso. Biesecker (1994) menciona uma “cooperação comunicativa-ética”, de reconhecimentos mútuos de ações conjuntas, que também na prática hodierna já são vivenciadas<sup>27</sup> e que se encontram não somente em oposição ao princípio da concorrência, como também à cooperação estratégica da macroeconomia. Para uma cooperação orientada ao entendimento necessita-se do estabelecimento de novos arranjos institucionais que, no entanto, requeiram uma política diferente e cooperativa, tal como:

- propriedade cooperativa: uso ao invés de propriedade;
- tempo cooperativo: novas formas de organização do trabalho/distribuição do trabalho para homens e mulheres;
- espaços cooperativos: casas do próprio trabalho, moradias em grupo, jardins comunitários;
- provisão monetária cooperativa: moedas locais, trocas sem moeda, cessão de créditos na base de critérios sociais e ecológicos (Biesecker et al, 2000, p. 61).

O princípio de ação/cooperação não compreende “cooperação a qualquer preço”. Em análises a serem realizadas se deveria abordar o campo de conflito existente entre cooperação e confrontação política em relação às estruturas de poder. Também seria de se questionar que relação existe entre prevenção e cooperação e outras categorias, tais como regionalização, (re)localização, descentralização e autoprovisão, em que medida elas se condicionam e apóiam. Assim

<sup>27</sup> Como pontos de partida, os(as) representantes da economia do cuidado indicam as *Allmenden* [NT: terras compartilhadas por camponeses na Alemanha e na Suíça], como também “reservas comuns”, cooperativas, *Kibbuzim* [NT: formas coletivas israelitas de organização], moradias e administrações domésticas comunitárias, e também, instrumentos de planejamento político e tomadas de decisão, que se baseiem em princípios de ações cooperativas (p. ex. oficinas do futuro, mediações e células de planejamento).

como, por um lado, “falsas cooperações” devem ser evitadas, a cooperação, por outro lado, deve estar aberta a outros contextos culturais e localizados. Na questão do uso ou propriedade, direitos de propriedades podem (em uma fase de transição) ter um grande valor emancipatório para mulheres que não estejam mais dependentes da benevolência de outros (de ex-cônjuge, irmãos, instituições patriarcais). Diante do contexto da luta pela sobrevivência em países do Sul, seria, por exemplo, “a ocupação da terra para o cultivo do próprio provimento e o direito de uso dos bens públicos um requisito básico para uma economia sustentável” (Wichterich, 1994).

*Orientação ao necessário para uma “boa vida”  
ao invés de orientação para o lucro*

A orientação da economia preventiva ao necessário para a vida objetiva (a “boa vida”) e não somente para garantir a “sobrevivência” (economia de mulheres e concepções de subsistência). Para isso, considera-se aqui, ao mesmo tempo, um objetivo de ação, que, contudo, não proclama qualquer conteúdo concreto, porém uma orientação, podendo estimular uma discussão para a reflexão sobre necessidades e sobre a própria concepção de “boa vida”. Neste debate situam-se tanto questionamentos sobre estilos de vida, modelos de consumo e produção, como categorias de desenvolvimento produtivo participativo.

Concepções de “boa vida” são diversificadas, sempre marcadas pelo cultural e, algumas vezes, se contradizem (Jochimsen; Knobloch; Seidl, 1994). Contribuições feministas para a economia ética podem ajudar na busca e elaboração de concepções adequadas do “bom”. A filósofa Martha Nussbaum, por exemplo, reflete, na apresentação de sua concepção das capacidades, sobre a questão de conceitos para a avaliação da “qualidade de vida” não devam empregar, necessariamente, uma base normativa, que transpasse limites culturais. Ela chega, com isso, a um resultado: “o interesse legítimo em diversidade, pluralismo e liberdade pessoal não é inconciliável com reconhecimento de normas interculturais e, na realidade, normas interculturais são, assim, necessárias, quando nós desejamos proteger diversidade, pluralismo e liberdade, onde todo o ser humano deve ser visto como agente e objetivo” (Nussbaum, 2003, p. 28).

## ***A elaboração de uma economia (re)produtiva***

Considerando toda a sua diferenciação em particular, nos projetos feministas se trata de superar as fissões e dualismos que privilegiam modelos masculinos, descritos inicialmente. Eles constituem alternativas diante da ideologia do crescimento e do progresso do capitalismo patriarcal moderno. Para evitar a reprodução dos dualismos criticados é indispensável uma nova metodologia, pois

*quando baseado no existente, quando este é criticado, o aperfeiçoamento do novo inicia-se necessariamente nas categorias de separação. Frequentemente a separação é assumida, ao refletir-se na acentuação da exclusão, ao invés de superá-la. Por isso é necessário, em algum momento, libertar a nova determinação de categorias teóricas da crítica do existente e tentar construir essa nova determinação desde o princípio com base na unidade de reprodução e produção (Biesecker; Hofmeister, 2003, p. 53).*

Para uma economia sustentável isso significa, centralmente, elaborar, desde o princípio, o processo produtivo como processo de (re)produção – conservar, portanto, a longo prazo e continuamente a produtividade do trabalho humano e da natureza ecológica (Biesecker, Hofmeister, 2006). Trata-se “da preservação da capacidade regenerativa e da diversidade da vida” (Mies, 1994, p. 112). Em uma economia social e ecologicamente “hermética e protegida”, assim pensada (e praticada), produzir e reproduzir, prover e dispensar estão sempre associados entre si. A compreensão de unidade de produção e reprodução manifesta-se com o auxílio das categorias de (re)produtividade. Um novo conceito de racionalidade é indispensável para a elaboração de uma economia (re)produtiva. A racionalidade da economia de cuidado não é adequada à maximização do uso, ela é muito mais uma racionalidade, que considere a economia como um todo, que congregue “pensar” e “sentir”, que pode ser compreendida como “prudência” (Biesecker; Hofmeister, 2006; Biesecker; Gottschlich, 2007). Nas concepções feministas alternativas a compreensão de racional e eficiente não é o que custa menos ou que gera mais lucro, e sim o que serve à qualidade de vida de todos e preserve os fundamentos que possam garanti-la.

## Referências

- ALTVATER, E.; SEKLER, N. (Orgs.). *Solidarische Ökonomie*. Reader des Wissenschaftlichen Beirats von Attac. Hamburg, 2006.
- APPELT, E.; SAUER, B. Editorial – Globalisierung aus feministischer Perspektive. In: *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*, 2001/2, p. 127-135, 2001.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V.; MIES, M.; VON WERLHOF, C. *Frauen, die letzte Kolonie: zur Hausfrauisierung der Arbeit*. Zürich, 1992.
- BIESECKER, A. Wir sind nicht zur Konkurrenz verdammt. Auf der Suche nach alten und neuen Formen kooperativen Wirtschaftens. In: *Politische Ökologie*, Sonderheft 6, p. 28-31, 1994.
- BIESECKER, A. “Das Ganze der Arbeit” im Konzept “Vorsorgendes Wirtschaften”. Palestra do Projeto de Mulheres Euregio em 24.5.2003 em Osnabrück, p. 1-9.
- BIESECKER, A.; GOTTSCHLICH, D. *Vorsorgendes Wirtschaften*. In: BRAND, U.; LÖSCH, B.; THIMMEL, S. (Org.). ABC der Alternativen. Von “Ästhetik des Widerstands” bis “Ziviler Ungehorsam”. Hamburg, 2007. p. 248-249.
- BIESECKER, A.; HOFMEISTER, S. (Re)Produktivität: Der “blinde” Fleck im Diskurs zu Nachhaltiger Entwicklung. In: HOFMEISTER, S.; MÖLDERS, T.; KARSTEN, M.-E. (Org.): *Zwischentöne gestalten: Dialoge zur Verbindung von Geschlechterverhältnissen und Nachhaltigkeit*. Bielefeld: 2003. p. 38-56.
- BIESECKER, A.; HOFMEISTER, S. *Die Neuerfindung des Ökonomischen*. Ein (re)produktionstheoretischer Beitrag zur Sozial-ökologischen Forschung. München: 2006.
- BIESECKER, A. u.a. (Org.). *Vorsorgendes Wirtschaften*. Auf dem Weg zu einer Ökonomie des Guten Lebens. Bielefeld: 2000.
- BUCHHOLZ-WILL, W.; SCHRATZENSTALLER, M. Barrieren für die Erhöhung der Frauenbeschäftigung in der EU. In: *WSI Mitteilungen*, ano 55, caderno 11, p. 678-684, 2002.
- CAGLAR, G. *Die Politik des Haushalts*. Feministische Gegenentwürfe zum neoliberalen Modell. In: *iz3w*, Sonderheft Globalisierungskritik, p. 48-49, 2002.
- ELSON, D. *International Financial Architecture: A view from the kitchen*. In: *femina politica*, ano. 11, 2002, Caderno 1, p. 26-37, 2002.
- ENQUETE-KOMMISSION. In: DEUTSCHER, Bundestag (Org.). *Schlussbericht der Enquete-Kommission Globalisierung der Weltwirtschaft*. Opladen: 2002.
- EMBSHOFF, D.; GIEGOLD, S. (Org.). *Solidarische Ökonomie im globalisierten Kapitalismus*. Kooperation mit der Bewegungsakademie und der Tageszeitung. Hamburg, 2008.

GALTUNG, J. Die Welt in der Krise. In: ALTVATER, E. u.a. (Org.). *Die Gewalt des Zusammenhangs: Neoliberalismus, Militarismus, Rechtsextremismus*. Viena, 2001, p. 53-83.

GEIGER, M. *Betriebsbesetzung in Argentinien*. In: ALTVATER, E.; SEKLER, N. (Hrsg.). *Solidarische Ökonomie, Reader des Wissenschaftlichen Beirats von aatc*. Hamburg, 2006, p. 92-102.

GOTTSCHLICH, D. Gender Impact Assessments und Gender Budgets – Instrumente für eine geschlechtergerechte nachhaltige Entwicklung? In: MASSARRAT, M.; ROLF, U.; WENZEL, H.-J. (Org.). *Bilanz nach den Weltgipfeln*. München: 2003, p. 108-128.

HABERMANN, F. *Aus der Not eine andere Welt*. Gelebter Widerstand in Argentinien. Königstein; Taunus, 2004.

JOCHIMSEN, M.; KNOBLOCH, U.; SEIDL, I. Vorsorgendes Wirtschaften. Konturenskizze zu Inhalt und Methode einer ökologischen und sozial verträglichen Ökonomie. In: *Politische Ökologie*, Sonderheft 6, S. 6-11, 1994.

LACHENMANN, G. Strukturanpassung aus Frauensicht: Entwicklungskonzepte und Transformationsprozesse. In: KLINGEBIEL, R.; RANDERIA, S. (Org.). *Globalisierung aus Frauensicht*. Bonn, 1998. p. 294-319.

LACHENMANN, G. Geschlechtsspezifische Einbettung der Wirtschaft. In: DIES.; DANNECKER, P. (Org.). *Die geschlechtsspezifische Einbettung der Ökonomie*. Hamburg. 2001. p. 15-47.

LLANOS, M. *Argentina, crisis y mujeres en lucha*. 2003. Disponível em: <[www.attac.de/frauennetz/texte.php](http://www.attac.de/frauennetz/texte.php)>. Acesso em: 14 out. 2003.

MADÖRIN, M. Zur Verknüpfung von Kapitalismus und Männerherrschaft. In: ALTVATER, E. u.a. (Org.). *Die Gewalt des Zusammenhangs: Neoliberalismus, Militarismus, Rechtsextremismus*. Viena, 2001. p. 125-142.

MIES, M. Brauchen wir eine neue “Moral Economy”? In: *Politische Ökologie*, Sonderheft 6, S. 18-21, 1994.

MIES, M. *Frauen Stoppt Gats!*. 2003. Disponível em: <[www.attac.de/frauennetz/texte.php](http://www.attac.de/frauennetz/texte.php)>. Acesso em: 24 jun. 2009.

NUSSBAUM, M. Frauen und Arbeit – Der Fähigkeitenansatz. In: *Zeitschrift für Wirtschafts- und Unternehmensethik*, Jg. 4, H. 1, p. 8-31, 2003.

RUPPERT, U. Gender Budgets, Financial Markets, Financing for Development: Gender Dimensions of the Global Financial Architecture. In: *NRO-Frauenforum*, Infobrief 1/ 2002, p. 11-12.

SASSEN, S. Überlegungen zu einer feministischen Analyse der globalen Wirtschaft. In: *Prokla*, Jg. 28, H. 111, p. 199-216, 1998.

SCHÄFER, M. Geschlechtsspezifische Problemlagen, Ziele und Zugänge: Gender Issues in der SÖF. In: SCHÄFER, M.; SCHULTZ, I.; WENDORF, G. (Orgs.). *Gender-Perspektiven in der Sozial-ökologischen Forschung*. Herausforderungen und Erfahrungen aus inter- und transdisziplinären Projekten. München: 2006. p. 57-76.

SINGER, P. Solidarische Ökonomie in Brasilien heute: Eine vorläufige Bilanz. In: *Jahrbuch Lateinamerika*. Münster, 2001 S. 75-96.

SINGER, P. SENAES – Eine brasilianische Erfahrung der Politik Solidarischer Ökonomie. In: GIEGOLD, S.; EMBSHOFF, D. (Org.). *Solidarische Ökonomie im globalisierten Kapitalismus*. In Kooperation mit der Bewegungskademie und der Tageszeitung. Hamburg, 2008.

VON BRAUNMÜHL, C.; VON WINTERFELD, U. *Global Governance*. Eine begriffliche Erkundung im Spannungsfeld von Nachhaltigkeit, Globalisierung und Demokratie, hrsg. v. Wuppertal Institut, Wuppertal Paper Nr. 135. Wuppertal, 2003.

WERLHOF, C. *Frauen gegen Gats*. 2003. Disponível em: <[www.attac.de/frauennetz/texte.php](http://www.attac.de/frauennetz/texte.php)>. Acesso em: 14 out. 2003.

WICHTERICH, C. *Pragmatikerinnen des Überlebens*. In: Politische Ökologie, Sonderheft 6, p. 44-46, 1994.

WICHTERICH, C. Call Girls der globalen Märkte. Zur strategischen Rolle von Frauen in der Globalisierung. In: *NRO-Frauenforum* (Org.). Tagungsdokumentation – Überleben im globalen Markt. Zukunft (un)bezahlter Frauenarbeit. Stuttgart, 1999. p. 3-19.

WICHTERICH, C. *Femme global*. Globalisierung ist nicht geschlechtsneutral. Hamburg, 2003a.

WICHTERICH, C. *Viele gute Gründe für Frauen gegen Gats zu sein*. 2003b. Disponível em: <[www.attac.de/frauennetz/texte.php](http://www.attac.de/frauennetz/texte.php)>. Acesso em: 24 jul. 2009.

YOUNG, B. Genderregime und Staat in der globalen Netzwerk-Ökonomie. In: *Prokla*, Jg. 28, 1998, H. 111, p. 175-198, 1998.

YOUNG, B. Entwicklungsfinanzierung, Finanzkrisen in Asien und die “Feminisierung der Menschlichen Sicherheit” (human security). In: *Femina politica*, Jg. 11, 2002, H. 1, S. 38-48, 2002.

Recebido em: 27/6/2007

Aceito em: 14/11/2007